

Brincando de antissemitismo

Hamas foi o primeiro a aplaudir a fala de Lula, o que deveria envergonhá-lo

Demétrio Magnoli

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP

Lula inscreveu-se e inscreveu o Brasil — no discurso do antissemitismo. Mauro Vieira e Celso Amorim tentam convencer-nos de que falou por falar, quase de brincadeira. Tornam-nos rísculosos, ao mesmo tempo, indecentes.

O antissemitismo contemporâneo divide-se em duas diásporas: a israelita e a palestina. A primeira, separada pela fundação de Israel. Antes dela, sua senha era a dos Protocolos dos Sábios de Sião: os judeus organizam uma conspiração multigeracional para dominar o mundo, a partir do controle sobre o sistema financeiro. Essa conversa não acabou, mas reduziu-se a

um ruído de fundo. Depois da fundação do Estado judeu, a senha clássica do antissemitismo é a repetida por Lula. El-la: o Estado judeu imita Hitler. Finalidade política da mensagem: lançar sobre Israel a maldição da legitimidade. Assim como o Reich nazista precisava ser eliminado, Israel deve desaparecer.

Os Estados, quase sem exceção, deixam no seu caminho um rastro de violência. O que a Austrália fez com os aborígenes? Os EUA ou o Brasil com os indígenas? A França com os ciganos? O Zimbábue com os negrelos? Singularizar Israel, pela via da identificação com o nazismo, é mal absoluto, nada tem a ver com indignação moral.

O nome do procedimento é antissemitismo, que emerge em retóricas explícitas (é de ver dos drubres exterminar todos os judeus, segundo a Carta da Hamas) ou disfarçadas ("sou antisionista, não antisemita"). O Hamas foi o primeiro a aplaudir a declaração de Lula, o que deveria envergonhá-lo.

Lula forceceu um cilindro de oxigênio a Netanyahu, precipitando-lhe a expressão a repulsa de todos os judeus, em Israel e fora dele, ao paralelo ignóbil. Ofereceu um discurso ao bolsonarismo, no exato momento em que a Justiça o encerra. Esvaziou nossa diplomacia de credibilidade. Tornou letra morta nossas necessárias condenações dos abusos e crimes contra civis palestinos cometidos por Israel na sua guerra contra o Hamas. Afinal, qual para o discurso de santarões antissemitas?

Nesse caso, porém, isso tudo é irrelevante, porque concerne ao cálculo pragmático de perdas e ganhos. O verdadeiramente trágico é que a declaração de Lula sobre nós, como nação. Nós — como nação — somos capazes de brincar de antissemitismo. Somos obscenos, portanto.

Por que uso a palavra "brincar"? Porque Lula não parece levar a sério o que diz. Se, como afirmou, Israel age com os palestinos da mesma forma que Hitler agiu com os judeus, o mínimo que se precisa fazer é romper relações diplomáticas com o Estado de Israel. E isso como intróito a um chamado às nações civilizadas para uma guerra total contra o novo Hitler. Mas Lula não pensava em nada desse tipo. Pretendia, exclusivamente, fazer barulho — e surpreendeu-se com a reação de Israel.

"Oh, horror", Israel humilhou nossa embaixada", segundo o pobre Vieira. "Não passamos de amadores diplomáticos, esses israelenses que escalam a crise", segundo Amorim, um profissional da diplomacia ideológica. Por que eles fazem tempestade no copo d'água de uma equivalência inocente entre o Estado judeu e o Estado que aniquilou os judeus? Por que não retrucaram com uma notinha unânime de protesto?

De fato, um e outro imploram, quase de joelhos, que não se leve a sério as palavras de Lula. Vidas que seguem, entre países amigos, o Brasil democrático e o Reich israelense — eis a mensagem dos dois folhéis que comandam nossa diplomacia. O Tamaraut, mal recuperado do vandalismo bolsonarista, afunda novamente sob o peso do vandalismo lulista.

"Mantenha sua posição", aconselhou Amorim a Lula, afastando a hipótese de retração. Note-se, aí, que o conselheiro não qualifica a declaração do presidente como verdadeira. A "posição" deve ser mantida por uma curiosa razão de honra pessoal — eis a custa de enfiar o paleolítico. E que, para eles, a verdade não importa.

João, Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | seg. Deborah Bizarria, Camila Rocha | ter. Joel Pinheiro da Fonseca | qua. Elio Gaspari | qui. Conrado H. Mendes | sex. Marcos Augusto Gonçalves | sáb. Demétrio Magnoli



Almerinda Farias Gama vota na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. [cncs/rev](#)

Aos 92, voto feminino ainda leva poucas mulheres à política

Violência de gênero é um dos fatores que as impedem de exercer mandato

Priscila Camazano

SÃO PAULO O voto feminino no Brasil foi conquistado há 92 anos. Ao longo desse período houve avanços na participação das mulheres na política, mas ainda hoje há demandas que precisam ser superadas, como a paridade de gênero nos parlamentos, apontam especialistas ouvidas pela Folha. "É impossível não pensar que, passados quase cem anos da conquista do voto [ainda] temos questões que são da mesma ordem de 1930. Isso é difícil de lidar", afirma Cibele Tenório, jornalista e doutranda em história pela Unil (Universidade de Brasília). Cibele afirma que ter representantes mulheres indígenas dentro do parlamento é uma das conquistas, mas aponta que a violência política de gênero, por exemplo, é um fator que impede as mulheres de exercerem seu mandato com tranquilidade. Hannah Maraci, doutora e mestra em ciência política pela USP e co-diretora da Tendência das Candidatas, afirma que, mesmo com os direitos políticos adquiridos, ainda temos um percentual baixo de mulheres eleitas para o parlamento. "Estamos falando daqui a pouco em cem anos [do di-

reito ao voto] e não estamos nem perto de uma paridade, e as mulheres ainda vivem dispostas a serem usadas como meros instrumentos políticos", afirma. Ela exemplifica lembrando de um discurso do então presidente Michel Temer (MDB), durante o Dia da Mulher, em que ele falou frases como: "as mulheres que sabem o preço do supermercado". "Isso eu deixo para minha esposa". Para Maraci, a luta das sufragistas abriu a possibilidade de se questionar a forma como as mulheres eram vistas na sociedade — ligadas aos afazeres domésticos e à manutenção da família. "Isso abriu caminho para outras concepções de mulher, mas nunca superamos esse pensamento. Nós continuamos vendo no próprio Congresso, em debates, quando a habilidade das mulheres é questionada ou quando elas são consideradas muito emotivas para estarem na política".

Só em 24 de fevereiro de 1932, durante a era Vargas, o voto feminino foi acolhido, após o decreto de um novo Código Eleitoral. Mas a luta das sufragistas começou muito antes. No século 19, um grupo de mulheres que colaboravam para o jornal "A Família", como a professora Josefina Álvares de Azevedo, iniciou uma campanha pelo sufrágio feminino. Em 1889, com o fim da monarquia, os republicanos convocaram uma Assembleia Constituinte para assegurar o novo governo. A discussão sobre o voto feminino também foi incluída na pauta. Um grupo de deputados homens passou a defender que o direito ao voto fosse estendido a mulheres diplomatas e solteiras, mas essa discussão não avançou. Alguns deputados se mostraram dispostos a emendar a causa. E curioso, porque eles eram até um pouco radicalizados pelos outros homens, como se quisessem chamar a atenção "das mulheres", afirma Maraci.

Anos depois, em 1920, uma das protagonistas do movimento sufragista no Brasil, a baiana e professora Leolinda de Figueiredo Dalro fundou o Partido Republicano Feminino. Ela fazia parte de um grupo de professoras responsáveis pela alfabetização infantil. Mas se levantaram contra a desigualdade política. Mais de dez anos depois, em 1922, a sufragista Bertha Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

com o objetivo de lutar pelos direitos civis e políticos das mulheres. Porém, até aquele momento, nenhuma das duas iniciativas asseguraram a elas o direito ao voto. Os argumentos que impediam o avanço giravam em torno do papel que a mulher deveria exercer na sociedade. Havia a ideia de que elas deveriam se dedicar ao cuidado da casa e da família. Acreditava-se que, se elas votassem, esse trabalho se degeneraria. Já charges da época que ilustram esse pensamento. Em uma delas, uma mulher aparece ao centro em pé, de roupa social, chapéu, com um cigarro na boca, uma berbiga em uma mão e uma maleta na outra. Ao seu redor, há um homem segurando um bebê no colo, outro, fazendo crochê sentado em uma poltrona.

Outro argumento dizia respeito à concepção de voto da época. Acreditava-se que o voto não era individual, mas familiar, ou seja, a mulher não iria votar diferente do seu marido ou pai, caso não fosse casada, porque ela sempre defenderia os direitos da família. "Existiam também aqueles argumentos mais baixos, que vêm da concepção de inferioridade biológica da mulher [ao afirmar] que ela seria menos capaz", afirmou Hannah Maraci.

O voto feminino só passou a ser cogitado de fato quando as sufragistas pressionaram Getúlio Vargas para conversar, após ele anunciar que faria uma reatualização do código eleitoral do país e promoveria eleições para o Legislativo.

Nesse primeiro momento, o voto feminino ainda tinha restrições. Apenas as mulheres vivas ou solteiras com renda própria poderiam votar. As casadas precisariam da autorização do marido. Só com o Código de 1932 o voto feminino passou a valer em condições excepcionais, porém não era obrigatório ainda para elas. A partir daquele momento as mulheres poderiam votar e ser votadas. Ao todo, sete candidatas se apresentaram para as eleições legislativas: Leolinda Dalro, Natércia da Silveira, Bertha Lutz, Ilka Lacharte, Georgina Álvares Lima, Tereza Habdo de Macedo e Juana Soares da Gama. Bertha foi a que recebeu a maior votação.

"Se o Brasil tivesse adotado o voto quando as mulheres começaram a pedir, teria sido pioneiro", afirmou Maraci. Segundo ela, o Código fez uma faxina no sistema eleitoral brasileiro. Porém, ele garantiu o voto, mas não a igualdade política. "O voto não era obrigatório para as mulheres. O que isso significa na prática? Que muitas delas não teriam permissão de seu marido ou pai para votar".

Bertha foi uma das sufragistas mais conhecidas. Foi uma grande articuladora do movimento ao dialogar com as feministas dos Estados Unidos e com os deputados homens. Junto com ela, outras mulheres também foram importantes para o movimento. Foi o caso de Almerinda Farias Gama, uma mulher negra que ganhou destaque ao votar e ser votada nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1933.

"Havia naquele grupo também muitas mulheres que trabalhavam. Almerinda era ditadora e assalariada. Era uma mulher que, quando chegou no grupo, assumiu muitas funções, sendo a principal delas assessora de imprensa da federação", afirma Cibele, que terá a sua tese de mestrado sobre a trajetória de Almerinda adaptada para virar livro e publicada pela editora Todavia.

Em 1945, com a queda de Vargas, o país retornou à democracia e elaborou-se uma nova Constituição — a Carta de 1946 — que torna o direito de voto das mulheres obrigatório. Anos depois, em 1988, a Constituição Federal estendeu o direito de voto a homens e mulheres analfabetos.

De acordo com Cibele, o movimento atual é o de manutenção do direito. "Essa República é masculina e nós admitimos muitas vezes sob muita pressão. A tendência é sempre voltar ao que era. Precisamos ficar muito atentos para que não haja retrocesso nos direitos conquistados e que foram muito trabalhados para as mulheres do passado", concluiu ela.

É impossível não pensar que, passados quase cem anos da conquista do voto, [ainda] temos questões que são da mesma ordem de 1930. Isso é difícil de lidar

Cibele Tenório jornalista e doutranda em história pela Unil